

Hannah Arendt e a maior das aventuras, a intelectual

Sérgio Telles

O Estado de S. Paulo, 23.8.13

Os riscos enfrentados pelos que ousam pensar, único recurso contra a barbárie

O filme de Margarethe von Trotta sobre Hannah Arendt está centrado sobre as violentas reações, especialmente por parte do establishment judeu norte-americano e israelense, desencadeadas por suas reflexões sobre o julgamento de Eichmann em Jerusalém, ao qual assistiu como enviada especial da revista *The New Yorker*, cargo para o qual se ofereceu ao editor Bernard Shawn, em 1961.

A aguda inteligência de Arendt entendeu que o que estava em jogo no julgamento de Adolf Eichmann transcendia a condenação de um nazista criminoso de guerra. Seria impossível julgá-lo sem compreender um complexo contexto que envolvia questões como a instituição da justiça, a soberania de Estado e seu aparato legal, a relação do cidadão com as leis de seu país, o papel das ideologias e, o que é mais importante, uma profunda reflexão sobre a natureza do mal.

Os advogados de Eichmann afirmavam que frente às leis do Estado nazista, às quais ele era obrigado a obedecer e sobre as quais não teria jurisdição nenhum outro Estado, ele era inocente. O que cometera, não seriam crimes e sim “atos de Estado”. O réu seguiu um caminho diferente do de sua defesa, alegando não ter pessoalmente lesado nenhum judeu, obedecera a ordens superiores, o que era seu dever enquanto funcionário público.

Para Arendt, ao impor leis desumanas e exigir do cidadão obediência cega e acrítica, o Estado totalitário leva à desumanização, pois instala o medo de pensar, à impossibilidade de pensar. Eichmann ilustraria bem o que então chamou de “banalidade do mal”. Com essa formulação, o Mal perde sua conotação transcendente e religiosa, se despoja de suas vestimentas satânicas e fica reduzido à expressão humana, o que em nada diminui sua concreta potência maligna e destrutiva.

Sem negar os crimes de Eichmann, mas também sem avalizar a visão simplista da opinião pública que o singularizava e demonizava como um “monstro”, Arendt o devolve à sua real dimensão enquanto peça insignificante de um Estado enlouquecido, lembrando que a loucura da Alemanha havia contaminado outros Estados europeus “amigos”, como a França, cujo colaboracionismo com o nazismo apenas posteriormente, e com muito esforço, foi enterrado sob o mito da Resistência francesa.

Como se não fossem suficientemente escandalosas tais ideias, Arendt foi além, afirmando que os autos do processo de Eichmann mostravam que a colaboração das autoridades judaicas que formavam o Judenrat havia facilitado a execução do projeto de extermínio empreendido pelos nazistas. Diz ela – “Para um judeu, o papel dos líderes judeus na destruição de seu próprio povo é indubitavelmente o capítulo mais negro dessa história tenebrosa”.

Arendt suscitou grande indignação entre os judeus, que a acusaram de defender Eichmann e trair seu povo, adotando a política antissemita da culpabilização da vítima. Até mesmo o serviço secreto de Israel a ameaçou.

A oposição a Arendt se explica por um lado por seu aspecto psicológico, pois ao divulgar fatos que supostamente deveriam ficar reprimidos, ameaçava a imagem de respeitadas instituições judaicas, por outro, pelas razões políticas recentemente mencionadas por Claude Lanzmann, em entrevista dada em 14 de maio ao jornal londrino *The Guardian*. O autor de *Shoah* disse: “O julgamento de Eichmann foi um julgamento sujo, tocado por ignorantes. A acusação errou até na citação de nomes de lugares e pessoas. O julgamento foi um espetáculo político organizado por Ben Gurion como ato fundador para a criação do Estado de Israel”.

Ou seja, o que estava em jogo não era a apuração da efetiva responsabilidade de Eichmann em crimes dantescos, e sim a exposição do sofrimento dos judeus no Holocausto, com fins políticos. Além do mais, Arendt acreditava, com razão, que Eichmann estava condenado de antemão, caso contrário jamais teria sido sequestrado na Argentina para ser julgado em Jerusalém, ato que em si era uma ilegalidade que violara leis internacionais.

Em vez de emocionalmente tomar partido contra Eichmann, Arendt optou por continuar pensando de forma racional, mostrando as incongruências e inconsistências do próprio julgamento. Frente ao assustador desvario do nazismo, entendia que, mais do que nunca, era necessário usar a capacidade de pensar, raciocinar, refletir. A questão do pensamento, de usar a racionalidade para combater a irracionalidade, é central em seu posicionamento.

Ao dizer que o maior pecado de Eichmann fora o de “não pensar”, Arendt possivelmente tinha também em mente Heidegger, o grande filósofo de quem fora discípula e amante, pois também ele se deixara seduzir pelo nazismo.

Esse é um fato que não pode ser escamoteado. A sereia nazista seduziu não apenas pessoas medianas como Eichmann, mas também grandes inteligências beirando o gênio, como Heidegger. Essa é uma questão que espera explicações mais aprofundadas, ainda mais porque transcende o nazismo e se aplica a todas as ideologias. Tais sistemas de crenças arrebatam o poder de pensar dos cidadãos e os transformam em massa de manobra facilmente manipulável pelos detentores do poder.

A psicanálise tem muito a dizer sobre o assunto, com seus estudos sobre a psicologia de grupo e o papel das crenças ideológicas e políticas como fundamento para portadores de identidade deficitária.

Enfrentando a tempestade e sem ceder às fortes pressões, Hannah Arendt e seu editor Bernard Shawn demonstraram grande coragem intelectual, publicando o texto em cinco capítulos semanais na *The New Yorker* e, posteriormente, em livro.

Hannah Arendt de Von Trotta é um filme de aventura, a maior das aventuras – a intelectual. Mostra os riscos e as peripécias que enfrentam aqueles que ousam pensar e que com bravura não abrem mão da capacidade de refletir e analisar, únicos instrumentos contra a barbárie que se esconde nos recônditos mais escuros de todos nós.

SÉRGIO TELLES É PSICANALISTA E ESCRITOR, MEMBRO DO DEPARTAMENTO DE PSICANÁLISE DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE (SP)

HANNAH ARENDT

Direção: Margarethe von Trotta

Gênero: Drama (Alemanha-França/2012, 113 minutos).

Classificação: 14 anos.